

ÍNDICE MULTIDIMENSIONAL DA ATIVAÇÃO DO PATRIMÔNIO TERRITORIAL: A Dimensão Humana e Intelectual e Seus Componentes

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2023.59.14578>

Submetido em: 1/6/2023

Aceito em: 1/7/2023

Airton Adelar Mueller,¹ Marcio Gazolla,² Cláudio Machado Maia,³
Sidinei Pithan da Silva,⁴ Anderson Vinícios Branco Lutzer⁵

RESUMO

O trabalho objetivou desenvolver as bases metodológicas do Índice da Dimensão Humana e Intelectual do Patrimônio Territorial (IDHI), operacionalizando as variáveis que o compõem a partir de uma escala. A metodologia baseou-se no uso e adaptação da Escala Likert, com cinco pontas, sendo parametrizados os indicadores sobre desenvolvimento humano e intelectual que integram esta dimensão do desenvolvimento territorial. Como resultados tem-se um índice que pode ser aplicado para mensurar a dimensão humana e intelectual do patrimônio territorial de forma científica e multifacetada, mas ao mesmo tempo flexível e adaptável às realidades empíricas e especificidades dos territórios em que será utilizado. Este índice pode ser usado por pesquisadores de diferentes territórios e por gestores de políticas públicas que possuam como preocupação a mensuração do patrimônio territorial em suas vertentes humana e intelectual.

Palavras-chave: patrimônio territorial; metodologia; índice da dimensão humana e intelectual; desenvolvimento territorial

MULTIDIMENSIONAL INDEX OF TERRITORIAL HERITAGE ACTIVATION: THE HUMAN AND INTELLECTUAL DIMENSION AND ITS COMPONENTS

ABSTRACT

The work aimed to develop the methodological bases of the Human and Intellectual Dimension Index of Territorial Heritage (IDHI), operationalizing the variables that compose it from a scale. The methodology was based on the use and adaptation of the Likert Scale, with five points, parameterizing the indicators on human and intellectual development that integrate this dimension of territorial development. As a result, we have an index that can be applied to measure the human and intellectual dimension of the territorial heritage in a scientific and multifaceted way, but at the same time being flexible and adaptable to the empirical realities and specificities of the territories in which it will be used. This index can be used by researchers from different territories and by managers of public policies who are concerned with measuring the territorial heritage in its human and intellectual aspects.

Keywords: territorial heritage; methodology; index of the human and intellectual dimension; territorial development.

¹ Autor correspondente: Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí. Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional. Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação nas Ciências. Ijuí/RS, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/5894559134396184>. <https://orcid.org/0000-0001-6270-5856>. airton.mueller@unijui.edu.br

² Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR. Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional. Pato Branco/PR, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/0922348490725786>. <https://orcid.org/0000-0002-4807-6683>

³ Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Estudos Urbanos e Regionais. Natal/RN, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/2262679253216944>. <https://orcid.org/0000-0002-5144-9153>

⁴ Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí. Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação nas Ciências. Ijuí/RS, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/8709044822441696>. <https://orcid.org/0000-0001-6400-4631>

⁵ Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí. Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional. Ijuí/RS, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/5724237263611331>. <https://orcid.org/0000-0001-5280-4930>

INTRODUÇÃO

Neste trabalho busca-se estabelecer e esclarecer as bases e os procedimentos necessários para a construção do Índice da Dimensão Humana e Intelectual do Patrimônio Territorial (IDHI), que, juntamente com os respectivos textos das demais cinco dimensões que constituem o Patrimônio Territorial (PT), apresentam ao público o Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial (Imap).⁶ O IDHI, para além de seu papel na composição do Imap, pode também ser visto separadamente, caso assim o(a) pesquisador(a) preferir delimitar seu estudo, focando somente nos aspectos desta dimensão. Ademais, vale ressaltar que o IDHI é uma forma de viabilizar a fase analítico-sistematizadora da Triangulação Progressiva, apresentada e discutida em Mueller *et al.* (2022).

Os elementos conceituais subjacentes a esta dimensão estão ancorados em discussões sobre território, patrimônio territorial, na distinção entre saberes formais e saberes informais, bem como na distinção entre grupos humanos verticais e horizontais, segundo embasamentos teóricos apresentados em Mueller *et al.* (2022). As bases para a noção de desenvolvimento encontram-se na Abordagem das Capacidades (SEN, 2000), também apresentada em Mueller *et al.* (2022). Vale retomar, todavia, que a opção por tal abordagem teórica visa a conectar a noção de desenvolvimento territorial com o foco da Dimensão Humana e Intelectual (DHI), que é justamente a população constitutiva dos diversos territórios. Nesse sentido, a mesma abordagem proporciona as noções de “valor intrínseco” e “valor instrumental” como critérios de escolha dos elementos indicativos da respectiva inclusão das variáveis na composição do índice. Ambos os aspectos são discutidos na primeira seção, na sequência desta introdução.

O critério de construção da escala de cada uma das variáveis privilegia, sempre que possível, taxas e percentuais, em detrimento de valores absolutos, visando a apresentar resultados contextualizados, conforme as realidades próprias de cada território. Tal construção, juntamente com a indicação de fontes de dados para as respectivas variáveis e a explicitação dos critérios de elaboração das escalas, constituem a segunda seção do texto. Já a terceira seção apresenta formas de como se procedem os ajustes contextuais no índice, sem que isso distorça os resultados, em caso de ausência de dados, ou de particularidades territoriais. Finalmente, na última seção, elucida-se os passos necessários para a transformação dos números obtidos na mensuração de cada varável em um índice sintético.

⁶ Projeto coordenado pelo professor Valdir Roque Dallabrida, referente ao Programa Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Complementarmente faz referência a outros três projetos: (i) O patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento de territórios ou regiões: um estudo em três regiões do Rio Grande do Sul, envolvendo uma rede de instituições e pesquisadores liderados a partir do PPGDR-Unijuí e apoiado pela Fapergs; (ii) o projeto O patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento de territórios ou regiões: pressupostos epistêmico-teóricos e proposta de instrumental metodológico, que está em execução no PPGDTS – UFPR; (iii) o projeto Fundamentos epistêmico-metodológicos do patrimônio territorial, convergentes com a Dimensão Social, em execução no PPGDPP-UFFS.

DIMENSÃO HUMANA E INTELLECTUAL DO PATRIMÔNIO TERRITORIAL: ELEMENTOS CONCEITUAIS E INDICATIVOS

Elementos Conceituais

A Dimensão Humana e Intelectual do Patrimônio Territorial ancora-se, em termos teóricos, na Abordagem Territorial do Desenvolvimento (DALLABRIDA, 2020, DALLABRIDA *et al.* 2021), enquanto marco referencial geral e na Abordagem das Capacidades (SEN, 2000, 1992, 1987, 1985; SEN; KLIKSBERG, 2010), como marco referencial específico. As conexões entre ambas as abordagens foram apresentadas e discutidas em Mueller *et al.* (2022). Cabe, todavia, sumarizar tal empreitada, observando que a DHI

[...] trata, invariavelmente, de pessoas. Trata, por conseguinte, de grupos e subgrupos por elas formados, de seus saberes, de suas características sociodemográficas e dos arranjos sociais que impactam sua formação intelectual, bem como a produção e difusão de novos conhecimentos e inovações (MUELLER *et al.*, 2022, p. 204).

Assim sendo, a Dimensão Humana e Intelectual é constituída por dois componentes, que, por sua vez, se subdividem em subcomponentes. Os componentes são: 1) Saberes e 2) Grupos Humanos. Os subcomponentes são, respectivamente: Saberes Formais, Saberes Informais, Grupos Verticais e Grupos Horizontais.

Os saberes formais dizem respeito àqueles atrelados a instituições de ensino e pesquisa formalmente reconhecidas pelos aparatos legais. Trata-se, por exemplo, de escolas, universidades, centros de pesquisa e congêneres. Da mesma forma, incluem títulos, diplomas e certificados de conclusão por elas emitidos. Também incorporam a produção e o registro de patentes, bem como a produção científica, veiculada nos fóruns e formatos adequados, como, por exemplo, artigos científicos.

Os saberes informais, por sua vez, aqui são entendidos como todos os demais saberes não produzidos e legitimados pelas instituições acima mencionadas. São exemplos destes saberes: conhecimentos de línguas estrangeiras; conhecimentos de línguas autóctones próprias de determinados grupos sociais radicados nos territórios; práticas ancestrais perpetuadas pela oralidade que denotam saberes específicos, como, por exemplo, conhecimento de ervas medicinais e conhecimentos inerentes a práticas culturais, como preparo de pratos típicos, confecção de indumentárias regionais, etc. (MUELLER *et al.*, 2022, p. 207).

Quanto aos grupos humanos, Mueller *et al.* (2022), baseados em Stewart (2010) e Stewart; Graham e Luca (2005), adotam a distinção entre grupos verticais e grupos horizontais como critério de estratificação/agrupamento de habitantes de um território. Segundo tal critério, grupos verticais são aqueles que não levam em consideração características distintivas, como, diferenças étnicas, raciais ou religiosas. Segmentações por faixas de renda ou níveis de instrução são exemplos de grupos verticais. Os grupos horizontais, por sua vez, são aqueles oriundos de características que dão especificidade a algum grupo populacional, como a etnia, a religião, o gênero, etc.

Estes componentes e seus respectivos subcomponentes são operacionalizados por meio de variáveis, que constituem o nível indicativo, conforme se apresenta no próximo tópico.

Elementos Indicativos

Neste tópico elucidam-se as razões e os critérios que justificam a inclusão das respectivas variáveis no nível indicativo supracitado. Tais critérios estão em sintonia com a discussão dos papéis constitutivo e instrumental da liberdade no processo de desenvolvimento, segundo a Abordagem das Capacidades (SEN, 2000). A noção de que há um papel constitutivo em discussão é apresentada por Sen (2000) como sinônimo de importância intrínseca ao desenvolvimento. Nas palavras do autor, “[...] a importância *intrínseca* da liberdade humana como o objetivo preeminente do desenvolvimento precisa ser distinguida [de sua] eficácia *instrumental* [...]” (SEN, 2000, p. 53, destaques no original).

Neste sentido adota-se aqui as noções de Valor Intrínseco e Valor Instrumental, como subjacentes a cada uma das variáveis incluídas no índice. O valor instrumental refere-se ao fato de que sua existência e mobilização podem causar impactos positivos em termos de geração de desenvolvimento territorial, em sentido amplo. Já o valor intrínseco diz respeito ao fato de que algo deve existir, ou ser preservado, por argumentos éticos ou morais, independentemente de seu valor instrumental.

Para fins elucidativos vale trazer alguns exemplos. Atividades de pesquisa científica têm um valor instrumental muito claro com relação ao desenvolvimento de um território. A defesa da preservação de uma língua indígena pode não ter tão claramente tal valor instrumental, mas tem um valor intrínseco inquestionável. O mesmo pode ser dito quanto à preocupação com o respeito à diversidade religiosa. O valor instrumental pode não ressaltar aos olhos, como seria o caso do registro de patentes, mas seu valor intrínseco justifica que se deva incluir tal informação no índice.

Em geral, este argumento instrumental e/ou intrínseco é bem percebido na distinção entre Saberes Formais e Saberes Informais. No caso dos formais o valor instrumental está invariavelmente presente; já quanto aos informais sobressai seu valor intrínseco. Uma variável, todavia, pode se justificar por ambos os “valores” simultaneamente, por exemplo, a produção de artesanatos com valor identitário e/ou potencial turístico. Se tais atividades representam formas de gerar renda a determinados grupos de um território (valor instrumental), elas também atuam no sentido de preservar a identidade de tal grupo e, assim, preservar a diversidade cultural do território (valor intrínseco), portanto, trata-se de uma das faces do patrimônio territorial de importância inquestionável.

Tal simultaneidade de valor (intrínseco e instrumental) também está subjacente às variáveis que retratam os grupos humanos, sobretudo os verticais. Neste caso é bastante intuitivo que, por exemplo, maiores níveis de instrução e renda de uma população sejam desejáveis por si sós, mas que também tenham impactos positivos sobre outros aspectos da vida. Por conseguinte, há impacto (instrumental) na qualidade de vida e no nível de desenvolvimento de um território.

Do ponto de vista dos grupos horizontais, conforme dito, se sobressai o valor intrínseco, todavia é bastante evidente que as condições de vida da população de um território são a base para seu desenvolvimento em sentido amplo. Se, por exemplo, um território for habitado predominantemente por um grupo étnico que por razões racistas seja considerado “inferior”, tal condição afetará o território como um todo. Daí a importância de se ter em mente a distinção entre grupos horizontais e verticais. Parte-se, portanto, do princípio de que inerente

a cada variável aqui incluída, exista valor intrínseco, ou valor instrumental, ou ambos e, assim, justifique sua inclusão na composição do Índice da Dimensão Humana e Intelectual, sem a necessidade de que se arrole justificativas pormenorizadas para cada variável.

A Figura 1 apresenta o conjunto de elementos que constituem a DHI. Ressalta-se que, para fins de viabilidade e simplicidade operacional, optou-se aqui por agrupar algumas das variáveis apresentadas em Mueller *et al.* (2022), resultando em um número menor efetivamente a serem operacionalizadas. Assim tem-se um total de oito variáveis, três por subcomponente, exceto o subcomponente Saberes Informais, que está representado por apenas duas variáveis.

Figura 1 – Dimensão Humana e Intelectual: componentes e variáveis

Dimensão	Componentes		Variáveis
DIMENSÃO HUMANA E INTELLECTUAL	SABERES	Formais	<ul style="list-style-type: none"> • Expedição de títulos e certificados acadêmicos • Produção científica • Registro de patentes
		Informais	<ul style="list-style-type: none"> • Saberes transmitidos pela tradição oral • Domínio de línguas não oficiais
	GRUPOS HUMANOS	Verticais	<ul style="list-style-type: none"> • Níveis de escolaridade • Níveis de renda • Grupos etários
		Horizontais	<ul style="list-style-type: none"> • Grupos religiosos • Gênero • Grupos étnico-raciais

Fonte: Elaborada pelos autores (2023).

DIMENSÃO HUMANA E INTELLECTUAL: CRITÉRIOS DE CONSTRUÇÃO DA ESCALA E INSTRUMENTOS DE COLETA DOS DADOS

O Índice da Dimensão Humana e Intelectual do Patrimônio Territorial (IDHI) segue uma escala de 1 a 5, sendo 1 a pior nota e 5 a melhor. Assim, tem-se: 5 = Muito Alto; 4 = Alto; 3 = Médio; 2 = Baixo e 1 = Muito Baixo.

Estas cinco níveis são baseadas na Escala Likert. Neste sentido, apresenta-se aqui a definição de cada uma das variáveis, juntamente com os critérios de construção da respectiva escala. Ademais, são apontados indicativos de como podem ser obtidos os respectivos dados empíricos necessários, tendo-se em mente a realidade brasileira.

A exposição dos parâmetros segue a sequência de Saberes Formais, Saberes Informais, Grupos Humanos Verticais e Grupos Humanos Horizontais. Para cada grupo de variáveis utiliza-se uma letra e um número cardinal para fins de abreviação. Tal abreviação visa a facilitar o processo de aglutinação e cálculo do índice, segundo componentes e índice da dimensão como um todo.

Os Saberes Formais são precedidos da letra “F”, em alusão à palavra “formais”. Da mesma forma, os Saberes Informais são precedidos da letra “I”, os Grupos Humanos Verticais, pela letra “V” e os grupos Humanos Horizontais, pela letra “H”. Os números são correspondentes ao

número de variáveis de cada subcomponente. Assim tem-se: (F1, F2, F3), (I1 e I2), (V1, V2, V3) e (H1, H2 e H3).

Componente: Saberes Formais

Variável F1: Expedição de títulos e certificados acadêmicos.

a – Definição e critérios de construção da escala:

Trata-se de diplomas de Graduação e Pós-Graduação emitidos por instituições sediadas no território. Tal medida constitui-se, simultaneamente, em uma *proxy* da infraestrutura do território quanto à formação em nível superior de sua população, bem como da contribuição do território para a formação de pessoas de outros territórios, uma vez que é comum que estudantes busquem sua formação em outras regiões que não a de nascimento. Assim sendo, a informação sobre a emissão de títulos acadêmicos é mais relevante do que a simples presença de um maior, ou menor, número de instituições. O objetivo é calcular uma taxa de expedição de títulos por mil habitantes do território, em um determinado período de tempo. Ou seja, divide-se o número de títulos expedidos por mil habitantes. Se, por exemplo, em um território no qual vivam 1000 pessoas, foram expedidos 50 títulos no período escolhido, tem-se uma taxa de 0,05. Se neste mesmo território forem expedidos 20 títulos, tem-se uma taxa de 0,02, e assim por diante.

b – Estrutura da escala:

5. A expedição de títulos acadêmicos é igual ou superior a 0,05.
4. A expedição de títulos acadêmicos é igual ou superior a 0,03 e inferior a 0,05.
3. A expedição de títulos acadêmicos é igual ou superior a 0,01 e inferior a 0,03.
2. A expedição de títulos acadêmicos é inferior a 0,01.
1. Não há expedição de títulos acadêmicos no território.

c – Técnicas e/ou fontes de coleta de dados:

Cadastro e-MEC: Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior.

Variável F2: Produção científica:

a – Definição e critérios de construção da escala:

Trata-se, para fins de viabilidade operacional, de averiguar se o território possui produção científica nacional e internacional de alto impacto, em várias áreas do conhecimento, segundo definições da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Uma forma aproximada, porém bastante viável de se auferir tal produção, é por meio da existência de programas de Pós-Graduação *stricto sensu* e as respectivas notas atribuídas pela Capes na mais recente avaliação. Neste caso, sugere-se trabalhar com a existência dos programas, acrescido de um critério qualitativo, ao invés de promover o levantamento de toda a produção acadêmica realizada em um território. Parte-se do pressuposto de que um maior número de programas, associado a maiores notas, possam indicar de maneira bastante satisfató-

ria a produção científica de um território. Ressalta-se que a Capes trabalha com notas que variam de 3 até 7, para manter em funcionamento os cursos de Pós-Graduação, sendo a nota 7 considerada de excelência. São 49 as áreas do conhecimento, consideradas pela Capes para fins de avaliação dos programas.

b – Estrutura da escala:

5. No território há mais de 6 programas de Pós-Graduação *stricto sensu*, sendo que destes pelo menos 2 foram avaliados com nota 6 ou 7 na mais recente avaliação.

4. No território há menos de 6 programas de Pós-Graduação *stricto sensu*, sendo que destes pelo menos 1 foi avaliado com nota 6 ou 7 na mais recente avaliação.

3. No território há mais de um programa de Pós-Graduação *stricto sensu*, todavia nenhum deles recebeu nota 6 ou 7 na mais recente avaliação.

2. No território há pelo menos um programa de Pós-Graduação *stricto sensu*, independente da nota obtida na mais recente avaliação.

1. No território não há nenhum programa de Pós-Graduação *stricto sensu*.

c – Técnicas e/ou fontes de coleta de dados:

Plataforma Sucupira (2023).

Variável F3: Registro de patentes:

a – Definição e critérios de construção da escala:

Trata-se do pedido de patentes ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi), realizado por instituições sediadas no território. O objetivo é calcular uma taxa de patentes por mil habitantes residentes no território. Divide-se o número de pedidos de patentes pelo tamanho da população e multiplica-se o resultado por mil. Se, por exemplo, em um território onde vivam 1.000.000 de pessoas foram registradas 100 patentes no período escolhido, tem-se uma taxa de 0,1. Se neste território vivessem 2.000.000 de pessoas, a taxa seria de 0,05 e assim sucessivamente.

b – Estrutura da escala:

5. O registro de pedidos de patentes no Inpi é igual ou superior a 0,1.

4. O registro de pedidos de patentes no Inpi é igual ou superior a 0,05 e inferior a 0,1.

3. O registro de pedidos de patentes no Inpi é igual ou superior a 0,01 e inferior a 0,05.

2. O registro de pedidos de patentes no Inpi é inferior a 0,01.

1. O território não possui registros de pedidos de patentes no Inpi.

c – Técnicas e/ou fontes de coleta de dados:

Inpi (2023).

Saberes Informais

Variável I1: Saberes transmitidos pela tradição oral.

a – Definição e critérios de construção da escala:

Trata-se de conhecimentos sobre ervas medicinais associados à vegetação própria do território, conhecimentos sobre plantas e sementes crioulas, produção de artesanatos com valor identitário e/ou potencial turístico e conhecimento culinário regional (pratos típicos). Os critérios subjacentes são a diversidade de saberes e o reconhecimento deles pelas autoridades locais. Quanto mais diverso é o território, melhor em termos de patrimônio territorial. Da mesma forma, é positivo que tais saberes sejam reconhecidos formalmente e tenham protagonismo na vida de seu entorno. Uma forma viável de se verificar tal reconhecimento é por meio de sua representatividade em conselhos municipais de cultura.

b – Estrutura da escala:

5. No território há mais de 10 grupos humanos que vivenciam em seu cotidiano práticas ligadas a saberes transmitidos pela tradição oral e tais grupos estão plenamente representados em conselho municipal de cultura.
4. No território há mais de 10 grupos humanos que vivenciam em seu cotidiano práticas ligadas a saberes transmitidos pela tradição oral e tais grupos estão parcialmente representados em conselho municipal de cultura.
3. No território há entre 1 e 10 grupos humanos que vivenciam em seu cotidiano práticas ligadas a saberes transmitidos pela tradição oral e tais grupos não estão representados em conselho municipal de cultura.
2. No território não há grupos humanos que vivenciam em seu cotidiano práticas ligadas a saberes transmitidos pela tradição oral, mas há conselho municipal de cultura.
1. No território não há grupos humanos que vivenciam em seu cotidiano práticas ligadas a saberes transmitidos pela tradição oral e não há conselho municipal de cultura.

c – Técnicas e/ou fontes de coleta de dados:

Pesquisa primária (etnografia, entrevistas com atores sociais representativos).
Pesquisa em fontes secundárias: registros públicos locais.

Variável I2: Domínio de línguas não oficiais:

a – Definição e critérios de construção da escala:

Trata-se de línguas e dialetos falados pela população local, que não sejam usados pelo aparato estatal em suas atividades. O critério subjacente aqui também é a diversidade e o reconhecimento por parte do poder público local e da sociedade. Quanto mais diverso é o território em termos de línguas, melhor em termos de patrimônio territorial. O fomento, a negligência ou a repressão por parte do Estado e da própria sociedade local, todavia, podem fazer toda a diferença em termos de vitalidade de tal patrimônio.

b – Estrutura da escala:

5. No território são faladas mais de 6 línguas não oficiais e tal prática é incentivada pelo poder público, com algumas delas sendo incorporadas nas atividades escolares formais.
4. No território são faladas entre 3 e 6 línguas não oficiais e tal prática é incentivada pelo poder público, com algumas delas sendo incorporadas nas atividades escolares formais.
3. No território são faladas mais de 6 línguas não oficiais, porém não estão incorporadas nas atividades escolares formais.
2. No território são faladas de 1 a 6 línguas não oficiais, porém não estão incorporadas nas atividades escolares formais.
1. No território são faladas línguas não oficiais, porém tal prática é reprimida pelo poder público local.

c – Técnicas e/ou fontes de coleta de dados:

Pesquisa com informantes qualificados (antropólogos), pesquisa em Secretarias Municipais de Educação.

Grupos Humanos Verticais

Variável V1: Níveis de escolaridade:

a – Definição e critérios de construção da escala:

Para fins desta variável optou-se por adotar os dados já disponíveis por meio do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM – Educação. Em casos de um território abranger mais de um município, é preciso trabalhar com as médias obtidas a partir dos vários municípios que se estiver estudando.

b – Estrutura da escala:

5. IDHM Educação é igual ou acima de 0,8.
4. IDHM Educação igual ou acima de 0,6 e abaixo de 0,8.
3. IDHM Educação igual ou acima de 0,4 e abaixo de 0,6.
2. IDHM Educação igual ou acima de 0,2 e abaixo de 0,4.
1. IDHM Educação abaixo de 0,2.

c – Técnicas e/ou fontes de coleta de dados:

Atlas do Desenvolvimento Humano.

Variável V2: Níveis de renda:

a – Definição e critérios de construção da escala:

Para fins desta variável optou-se por adotar os dados já disponíveis por meio do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM – Renda. Em casos de um território abranger mais de um município, é preciso trabalhar com as médias obtidas a partir dos vários municípios que se estiver estudando.

b – Estrutura da escala:

5. IDHM Renda igual ou acima de 0,8.
4. IDHM Renda igual ou acima de 0,6 e abaixo de 0,8.
3. IDHM Renda igual ou acima de 0,4 e abaixo de 0,6.
2. IDHM Renda igual ou acima de 0,2 e abaixo de 0,4.
1. IDHM Renda abaixo de 0,2.

c – Técnicas e/ou fontes de coleta de dados:

Atlas do Desenvolvimento Humano.

Variável V3: Grupos etários:

a – Definição e critérios de construção da escala:

Os grupos etários aqui considerados dizem respeito a grupos populacionais agregados segundo população em idade ativa – PIA (entre 15 e 64 anos) e demais grupos. Ou seja, jovens (com menos de 15 anos) e idosos (com mais de 65 anos) compõem o grupo que constitui a assim chamada população dependente. Com base nos dados populacionais de um território assim agrupados, calcula-se a Razão de Dependência. Quanto menor for este indicador, mais apto está o território a produzir e dinamizar as atividades econômicas, gerar poupança e desenvolvimento. Existem três tipos de razão de dependência: a Idosa – RDI, a Jovem – RDJ, e a Total – RDT. Como os próprios nomes evidenciam, a RDI leva em consideração apenas a relação entre PIA e a população idosa, a RDJ considera apenas a relação entre PIA e os jovens. A Razão de Dependência Total (RDT), por sua vez, considera simultaneamente ambos os grupos dependentes. O cálculo evidencia quantos dependentes existem para cada cem pessoas em idade ativa em um certo território. Soma-se os dependentes, divide-se pela PIA e multiplica-se o resultado por cem. Aqui optou-se por trabalhar com a RDT por sua maior representatividade da população de um território.

b – Estrutura da escala:

5. Razão de dependência total abaixo de 40.
4. Razão de dependência total igual ou acima de 40 e abaixo de 50.
3. Razão de dependência total igual ou acima de 50 e abaixo de 60.
2. Razão de dependência total igual ou acima de 60 e abaixo de 70.
1. Razão de dependência total igual ou acima de 70.

c – Técnicas e/ou fontes de coleta de dados:

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo Demográfico.

Grupos Humanos Horizontais

Variável H1: Grupos religiosos:

a – Definição e critérios de construção da escala:

Grupos religiosos são aqui entendidos em sentido amplo, incluindo as mais diversas religiões e suas variantes. Trata-se, por exemplo, de cristãos, muçulmanos, religiões

de matrizes africanas, além de quaisquer outras práticas religiosas que se encontrem organizadas em grupos e que estejam sendo praticadas no território. A diversidade e o convívio respeitoso e, portanto, pacífico entre grupos religiosos são os critérios que balizam esta variável.

b – Estrutura da escala:

5. No território existem mais de 10 grupos de religiões diferentes e inexistem registros de conflitos por motivos religiosos, prevalecendo o respeito e a tolerância mútua.
4. No território há predominância de um grupo religioso, mas são comuns diferentes formas de atividades ecumênicas.
3. No território há predominância de um grupo religioso, entretanto não há integração ecumênica.
2. No território há registros de situações esporádicas de intolerância religiosa.
1. No território são comuns conflitos violentos entre diferentes grupos religiosos.

c – Técnicas e/ou fontes de coleta de dados:

IBGE, Censo Demográfico. Quanto ao convívio harmônico ou conflituoso entre grupos, recomenda-se pesquisa em veículos de comunicação local, ou em órgãos públicos de segurança, ou diretamente com lideranças religiosas do território.

Variável H2: Gênero:

a – Definição e critérios de construção da escala:

As relações de gênero certamente são aspecto fundamental em qualquer discussão sobre o grau de desenvolvimento de um povo. Em linhas gerais, a ideia de gênero diz respeito à forma como a sociedade constrói as expectativas sobre o que é ser homem ou mulher. Transcende, todavia, a noção de binarismo de sexo, masculino e feminino, abrangendo diversas outras identidades de gênero, como os bissexuais e os transexuais. Casos de violência, diferenças salariais e discriminações em geral, motivadas por diferenças de gênero, são indicativos do quão igual ou desigual são as relações de gênero em uma sociedade. Neste sentido o critério balizador desta variável é a igualdade/desigualdade de gêneros em um território, com a igualdade constituindo o ideal a ser almejado. Entre as diferentes evidências empíricas possíveis, prioriza-se aquelas que possam ser representativas de maneira geral, mas que, sobretudo, possam ser de fácil obtenção em termos de dados no âmbito dos diversos territórios. Assim sendo, optou-se por focar na representatividade feminina nas Câmaras Legislativas Municipais, imaginando que onde tal representatividade seja mais igualitária, as relações de gênero, em geral, também sejam mais próximas da igualdade. Por isso, o indicador busca averiguar o percentual de homens e mulheres nas Câmaras Municipais.

b – Estrutura da escala:

5. No território as vagas no Legislativo local são ocupadas de maneira paritária, 50% homens e 50% mulheres.

4. No território as vagas no Legislativo local são ocupadas de maneira não paritária, 60% homens e 40% mulheres.
 3. No território as vagas no Legislativo local são ocupadas de maneira não paritária, 70% homens e 30% mulheres.
 2. No território as vagas no Legislativo local são ocupadas de maneira não paritária, 80% homens e 20% mulheres.
 1. No território as vagas no Legislativo local são ocupadas de maneira não paritária, sendo mais de 80% homens e menos de 20% mulheres.
- c – Técnicas e/ou fontes de coleta de dados:
Câmaras Legislativas Municipais.

Variável H3: Grupos étnico-raciais:

- a – Definição e Critérios de construção da escala:

A diversidade étnico-racial é considerada aspecto positivo em termos de patrimônio territorial. Da mesma forma, a igualdade entre grupos é outro critério positivo. Assim sendo, situações de racismo, de xenofobia, intolerância e desigualdades diversas entre grupos são nocivas à ativação de tal forma de patrimônio. Para fins operacionais trabalha-se com a distinção entre brancos e não brancos, sendo os não brancos aqueles grupos com os quais o IBGE trabalha, seguindo o critério da autodeclaração, exceto os amarelos. Ou seja, busca-se identificar as desigualdades entre brancos x pretos, pardos e indígenas, uma vez que são estes últimos os grupos historicamente em maior vulnerabilidade socioeconômica (IBGE, 2000). Tais diferenças verificam-se de diversas maneiras, sobretudo no que diz respeito ao acesso a diferentes bens e serviços essenciais ao bem-estar, como acesso à saúde, à educação, à moradia, ao trabalho e à renda e assim por diante. A exclusão dos amarelos se dá em virtude de que em termos de indicadores de acesso aos mencionados bens e serviços, tal grupo se assemelha mais aos brancos do que aos demais grupos não brancos. Para fins de representação da igualdade/desigualdade entre grupos se opta por analisar a renda monetária.⁷

- b – Estrutura da escala:

5. O território é muito diversificado em número de etnias, possuindo habitantes de todos os cinco grupos aqui considerados e a desigualdade de renda entre brancos e não brancos inexistente.
4. O território é muito diversificado em número de etnias, possuindo habitantes de todos os cinco grupos aqui considerados e a desigualdade de renda mostra que a renda dos brancos é de, no máximo, 10% acima da dos não brancos.

⁷ Embora a diversidade seja relevante, a igualdade entre grupos é entendida como critério superior. Assim sendo, em caso de dúvidas quanto à nota que um território deva receber nesta variável, o critério da renda deverá ter precedência.

3. O território é diversificado em número de etnias, possuindo habitantes de pelo menos quatro dos grupos aqui considerados e a desigualdade de renda mostra que a renda dos brancos está de 10% a 20% acima da dos não brancos.
2. O território é pouco diversificado em número de etnias, possuindo habitantes de menos de três dos grupos aqui considerados e a desigualdade de renda mostra que a renda dos brancos está de 20% a 30% acima da dos não brancos.
1. O território é pouco diversificado em número de etnias, possuindo habitantes de menos de três dos grupos aqui considerados e a desigualdade de renda mostra que a renda dos brancos está mais de 30% acima da dos não brancos.

c – Técnicas e/ou fontes de coleta de dados:

Fontes de dados: IBGE, Censo Demográfico.

AJUSTES CONTEXTUAIS E MÉTODO DE AGLUTINAÇÃO

Ajustes ao Contexto Empírico

É imprescindível trazer de maneira clara o fato de que é possível que a diversidade humana e as inúmeras heterogeneidades dos territórios sejam maiores do que aquela aqui prevista pelas variáveis apresentadas. Nesse sentido, haverá contextos empíricos em que a inclusão, ou a exclusão, de variáveis se fará necessário.

A título de exemplo, pode-se imaginar um território que seja habitado por grupos indígenas, ou grupos ribeirinhos (grupos humanos horizontais) e outro território que não o seja. Neste caso, há que se fazer os devidos ajustes para que o índice espelhe, de fato, a realidade de cada território.

Da mesma forma pode-se excluir variáveis, por razões diversas, como a não existência de dados, a impossibilidade de acesso a eles, ou, conforme o exemplo anterior ilustra, devido a peculiaridades de algum território em termos de ausência de determinado grupo, ou saber. Neste caso, também serão necessários ajustes na construção do índice.

Em termos operacionais, em caso de exclusão de variáveis, será necessário estar atento somente ao “método de aglutinação” (apresentado a seguir) e em caso de inclusão de variáveis serão necessários ajustes, tanto na etapa de transformação das variáveis (criação da escala) quanto na etapa de aglutinação.

É justamente esta possibilidade de inclusão e exclusão de variáveis, com a devida justificativa contextual, que torna o índice aqui proposto ajustável a diferentes situações, sem perder sua consistência teórica e empírica. Com isso se resolve o problema inerente à maioria dos índices no sentido de não serem capazes de capturar a diversidade e a heterogeneidade das diferentes realidades empíricas. Trata-se de uma solução semelhante à Paridade do Poder de Compra, medida largamente utilizada para comparar países em termos de poder aquisitivo

das respectivas populações, tendo em vista a moeda e o custo de vida local.⁸ Assim, abre-se a possibilidade de comparações entre territórios quanto ao seu respectivo patrimônio territorial, mesmo que sejam territórios bastante distintos uns dos outros, o que, certamente se trata de um ganho considerável para todos aqueles interessados no tema do desenvolvimento territorial e evidencia as vantagens que o Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial (Imap) apresenta diante de outros índices já existentes.

Método de Aglutinação e Construção do Índice

O método de aglutinação consiste em várias etapas subsequentes. Inicia-se pela transposição das respectivas escalas atribuídas a cada uma das variáveis, inserindo os valores na Figura 2. Em seguida efetua-se o cálculo das médias de cada subcomponente (F, I, V e H). Posteriormente calcula-se o subíndice (média saberes e média grupos) de cada um dos dois componentes e, finalmente, chega-se ao índice geral pela média simples do subíndice de cada componente, conforme ilustrado na Figura 2 (MS + MG/2).

Com tal procedimento tem-se riqueza de informações, uma vez que se pode ter uma noção da realidade de um território como um todo, mas também da realidade de cada componente, bem como dos respectivos grupos de componentes. Ou seja, na coluna Valor (em médias) o valor “F” fornece informações sobre a realidade do território em termos de seus saberes formais. Já a letra “I”, da mesma coluna, traz informações sobre os saberes informais. Ao se realizar a soma de ambos e a posterior divisão por “2”, obtém-se “MS”, que mostra a síntese do componente Saberes. O mesmo raciocínio é válido para o componente Grupos Humanos e seus subcomponentes, grupos verticais e grupos horizontais.

Figura 2 – Distribuição dos pesos segundo componentes e cálculo do índice

Componentes		Variáveis	Escala					MÉDIAS		
			1	2	3	4	5	zero	Equação	Valor
Saberes	Formais	F1							F1+ F2+ F3/3	F =
		F2								
		F3								
	Informais	I1							I1+ I2/2	I =
		I2								
	Média Saberes								F + I / 2	MS =
Grupos Humanos	Verticais	V1							V1+ V2+ V3/3	V =
		V2								
		V3								
	Horizontais	H1							H1+ H2+ H3/3	H =
		H2								
		H3								
Média Grupos								V+ H/2	MG =	
Índice que representa a Dimensão Humana e Intelectual								MS+ MG/2	IDHI =	

Fonte: Elaborada pelos autores (2023).

⁸ A OECD apresenta a seguinte definição de tal medida: “PPPs [Purchasing Power Parities] are the rates of currency conversion that equalize the purchasing power of different currencies by eliminating the differences in price levels between countries”. Disponível em: <https://www.oecd.org/sdd/purchasingpowerparities-frequentlyaskedquestionsfaq.htm>. Acesso em: 9 dez. 2022.

Em caso de alguma variável não ser pertinente ao território em estudo, atribui-se zero. O mesmo acontece em caso de ausência de dados, ou impossibilidade de obtê-los. Assim, tal ausência não interferirá no denominador do componente. Independentemente do motivo, em caso de uma variável receber 0 (zero), ajusta-se o valor do denominador do respectivo componente ao número concreto de variáveis utilizadas. O mesmo deverá ser feito quando a realidade empírica de determinado território se apresentar mais plural do que aqui previsto. Tem-se, então, a possibilidade de inclusão de uma ou mais variáveis. Nesse sentido, o ajuste do denominador do respectivo subcomponente também deverá ser realizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto buscou-se, inicialmente, sistematizar as bases conceituais, os elementos constitutivos e indicativos do que um grupo de pesquisadores convencionou chamar de Dimensão Humana e Intelectual do Patrimônio Territorial, no âmbito das discussões sobre a Abordagem Territorial do Desenvolvimento. As discussões teóricas mais aprofundadas foram feitas previamente em Mueller *et al.* (2022), cuja leitura torna-se indispensável para a devida compreensão do que aqui foi proposto. Ressalta-se que pequenas modificações foram introduzidas no presente texto, especialmente no que diz respeito aos elementos indicativos da dimensão. Isto se deu por motivos práticos, a fim de viabilizar a obtenção de dados e simplificar a construção do índice em si. Em seguida, e este é o foco central do texto, discutiu-se critérios de construção de uma escala entre 1 e 5 para cada uma das variáveis que constituem a DHI. Feito isso, mostrou-se como se transforma os resultados de tal escala em um índice que sintetize a dimensão como um todo, o que leva ao Índice da Dimensão Humana e Intelectual do Patrimônio Territorial (IDHI).

Também demonstrou-se como pesquisadores poderão proceder diante de dificuldades empíricas que possam surgir por conta da pluralidade de realidades territoriais, procedendo à exclusão ou à inclusão de variáveis, sem que isso comprometa a consistência do índice. Isto, pelo contrário, aumenta sua consistência, justamente pelo fato de ser mais fidedigno a diferentes realidades territoriais. É o que, a nosso ver, se constitui em ponto deveras positivo na comparação com outros índices já conhecidos. Isto se aplica, obviamente, ao Impat como um todo, se o mesmo procedimento for adotado para todas as suas dimensões.

O IDHI-PT, de um lado, é apenas uma das informações que constituirão o Impat, sendo agregada às demais cinco dimensões, conforme se evidencia nesta obra. Por outro lado, o índice obviamente pode ser visto de maneira isolada das demais dimensões do patrimônio territorial, caso este seja o interesse do(a) pesquisador(a). Além disso, o presente índice pode ser visto como a fase final da proposição metodológica apresentada em Mueller *et al.* (2022), denominada de Triangulação Progressiva.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos ao CNPq e a FAPERGS pelo auxílio no projeto.

REFERÊNCIAS

- DALLABRIDA, V. R.; ROTTA, E.; BÜTTENBENDER, P. L.; DENARDIN, V. F.; ARENHART, L. Categorias conceituais e pressupostos metodológicos convergentes com a abordagem territorial. *Guaju – Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável*, v. 7, n. 1, p. 43-80, jan./jun. 2021.
- DALLABRIDA, V. R. Patrimônio territorial: abordagens teóricas e indicativos metodológicos para estudos territoriais. *Desenvolvimento em Questão*, Ijuí: Editora Unijuí, v. 18, n. 52, jul./set. 2020.
- IBGE. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. In: *Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica*, n. 48, 2. ed. 2000. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101972_informativo.pdf. Acesso em: 22 mar. 2023.
- INPI. Instituto Nacional da Propriedade Industrial. Brasília, DF. Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br>. Acesso em: 19 abr. 2023.
- MUELLER, A. A.; MAIA, C. M.; GAZOLLA, M.; SILVA, S. P.; LUTZER, A. V. B.; TABASCO, J. J. P. Abordagem territorial do desenvolvimento e sua dimensão humana e intelectual: uma proposição teórico-metodológica à luz de Amartya Sen e Jhon Thomson. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 18, p. 203, 2022.
- PLATAFORMA SUCUPIRA. *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior* (Capes). Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>. Acesso em 19 abr. 2023.
- SEN, A. *The Idea of Justice*. London: Penguin Books, 2010.
- SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SEN, A. *Inequality Re-examined*. Oxford: Clarendon Press, 1992.
- SEN, A. The Standard of living. In The Tanner Lecture on Human Values. Delivered at Stanford University. In: SEN, A. et al. *The Standard of Living: The Tanner Lectures on Human Values*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- SEN, A. Well-Being, Agency and Freedom: The Dewey Lectures. *The Journal of Philosophy*, v. 82, n. 4, p. 169-221, Apr. 1985.
- SEN, A.; KLIKSBURG, B. *As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2010.
- STEWART, F. Por qué persisten las desigualdades de grupo? Las trampas de la desigualdad horizontal. In: JIMÉNEZ, Félix (ed.). *Teoría económica y desigualdad social*. Exclusión, desigualdad y democracia. Homenaje a Adolfo Figueroa. Lima: Fondo Editorial de la PUC-Peru, 2010. p. 269-298.
- STEWART, F.; GRAHAM; B.; LUCA M. *Why Horizontal Inequalities Matter: Some Implications for Measurement*. *Crise Working Paper 19*, University of Oxford, 2005. Disponível em: <http://www.crise.ox.ac.uk/pubs/workingpaper19.pdf>. Acesso em: 26 out. 2021.

Todo conteúdo da Revista Desenvolvimento em Questão está
sob Licença Creative Commons CC – By 4.0